

# O clima psicossocial

21 OUT 1988

Quase um milhão de funcionários públicos em greve ilegal no País, tribunais superiores recusando-se a apreciar o mérito de disposições constitucionais não regulamentadas, o Congresso em recesso extra-regimental, um hiato jurídico de vastas proporções alastra-se paralelamente ao descontrole da economia. Poucas vezes tão densa conspiração se armou na história recente contra os interesses nacionais.

O mais recente fator de perturbação é o reconhecimento por parte de autoridades governamentais de um fenômeno que outras pessoas já haviam detectado antes: os ativos financeiros começam a fugir, tangidos pela deterioração do cruzado, submetendo a risco a colocação dos títulos públicos. Se isto ocorrer, presenciaremos ao estouro da boiada de que muitos economistas já falaram ante o ceticismo olímpico da política econômica oficial.

Diante do agravamento visível da conjuntura, o próprio pacto em negociação torna-se instrumento impróprio. Ele não virá a tempo de socorrer, seja por invariável a articulação urgente das suas disposições, seja porque as novas exigências políticas impõem a revisão congressional de todos os acordos em que figure a assinatura do Governo. O pacto não será viável, por exemplo, na ausência de decisão do Congresso a respeito do Orçamento. Mas a situação do País não permite à economia esperar decisões legislativas que, seguramente, não se produzirão antes do fim do ano.

O Governo tem de apresentar uma saída. E a saída não é, todos já vimos, a ortodoxia da política fiscal, conquanto

seja esta indispensável ao êxito de qualquer estratégia alternativa. Impõe-se paralisar — e só um choque poderá fazê-lo — a desordem psicológica que está estimulando as remarcações irracionais dos preços, a qual se elevou alguns tons acima a partir da sexta-feira, 15, o dia da explosão do over. Um choque agora, ainda que não esteja fundado no equilíbrio fiscal — pré-requisito essencial à sua eficácia — poderá criar clima propício à consertação do pacto, este, sim, melhor vocacionado para produzir os fins propostos. Neste caso o choque não seria, ele próprio, eficaz para reverter duradouramente a tendência inflacionária, mas o seria para modificar o quadro psicológico enquanto outros remédios são aplicados.

É preciso chamar à razão, também, os especuladores, e o choque o faria. É verdade que, eles, sozinhos, não operariam o boom do dólar ou do ouro, este último já tendo perdido a paridade internacional. Mas é verdade também que eles, interessados em ganhar na crise, estimulam, manobram, especulam enfim. Um choque lhes faria mal, mas um grande bem ao País. Se eles não forem contidos, no quadro da contenção simultânea de outros fenômenos da crise, teremos todos este ano um Natal negro.

O momento é, ainda, muito oportuno para a desindexação e a aplicação dos juros constitucionais de 12 por cento. Há um clima psicossocial receptivo a medidas dessa natureza. Se os bancos se ajustarem aos juros constitucionais, isentos de correção, toda a sociedade produtiva se ajustará atrás. Os ajustes definitivos viriam pelo pacto.